Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação — REASE

OPEN ACCESS

doi.org/10.51891/rease.v11i4.32439

MAPEAMENTO DAS INCUBADORAS DE EMPRESAS DO ESTADO DO TOCANTINS: DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA, PERFIL INSTITUCIONAL, ÁREAS DE ATUAÇÃO E MECANISMOS DE GESTÃO

MAPPING OF BUSINESS INCUBATORS IN THE STATE OF TOCANTINS: GEOGRAPHIC DISTRIBUTION, INSTITUTIONAL PROFILE, FIELDS OF ACTIVITY AND MANAGEMENT MECHANISMS

MAPEO DE LAS INCUBADORAS DE EMPRESAS DEL ESTADO DE TOCANTINS: DISTRIBUCIÓN GEOGRÁFICA, PERFIL INSTITUCIONAL, ÁREAS DE ACTUACIÓN Y MECANISMOS DE GESTIÓN

Débora Sabatini Fabiano[1]
Karen Lowhany Costa da Silva[2]
Lecticia Auxiliadora de Figueiredo[3]
Kleber Abreu Sousa[4]
Marli Terezinha Vieira[5]

RESUMO: Este artigo buscou mapear as incubadoras de empresas do Estado do Tocantins, identificando sua distribuição geográfica, perfil institucional, áreas de atuação e mecanismos de gestão, a fim de compreender o estágio atual de desenvolvimento dessas estruturas. Realizou-se pesquisa documental, de abordagem qualitativa complementada por procedimentos quantitativos de natureza descritiva, com coleta entre janeiro e setembro de 2026 em sítios institucionais, documentos oficiais, notícias e busca sistemática, e registro de dez variáveis de caracterização em planilha eletrônica, tratadas por frequências absolutas e relativas. Foram identificadas dezoito incubadoras criadas no Estado, distribuídas por seis municípios: 61,1% sediadas em Palmas, 77,8% de natureza pública, 61,1% de base tecnológica e 44,4% em estágio operacional no momento do levantamento. A documentação consultada não registrou, para nenhuma delas, critérios ou processos formais de graduação, indicadores de desempenho, gestão da propriedade intelectual ou instrumentos de acesso a capital e investidores, o que não autoriza concluir pela inexistência dessas práticas. O conjunto mapeado mostrou-se numericamente relevante, porém heterogêneo e territorialmente concentrado.

Palavras-chave: Incubadoras de empresas. Mapeamento. Tocantins.

[1]Advogada, Assessora Jurídica Parque Tecnológico Pequi-UFT Mestranda em Propriedade Intelectual e Transferência de Tecnologia para a Inovação pela Universidade Federal do Tocantins (UFT).
[2]Mestranda em Propriedade Intelectual e Transferência de Tecnologia para a Inovação pela Universidade Federal do Tocantins (UFT).
[3]Bióloga, mestre em Propriedade Intelectual e Transferência de Tecnologia para Inovação pela UFMT.
[4]Doutorado em Biotecnologia professor da Universidade Federal do Tocantins (UFT),
[5]Pós-doutorado em Transferência de Tecnologia e Inovação professora da Universidade Federal do Tocantins (UFT).

ABSTRACT: This article sought to map the business incubators of the State of Tocantins, identifying their geographic distribution, institutional profile, fields of activity and management mechanisms, in order to understand the current stage of development of these structures. Documentary research was carried out, with a qualitative approach complemented by descriptive quantitative procedures, with data collected between January and September 2026 from institutional websites, official documents, news items and systematic searches, and ten characterization variables recorded in a spreadsheet and treated by absolute and relative frequencies. Eighteen incubators created in the State were identified, distributed across six municipalities: 61.1% headquartered in Palmas, 77.8% of a public nature, 61.1% technology-based and 44.4% operational at the time of the survey. The documentation consulted recorded, for none of them, formal graduation criteria or processes, performance indicators, intellectual property management or instruments for access to capital and investors, which does not allow concluding that these practices do not exist. The mapped set proved to be numerically relevant, yet heterogeneous and territorially concentrated.

Keywords: Business incubators. Mapping. Tocantins.

RESUMEN: Este artículo buscó mapear las incubadoras de empresas del Estado de Tocantins, identificando su distribución geográfica, perfil institucional, áreas de actuación y mecanismos de gestión, con el fin de comprender la etapa actual de desarrollo de estas estructuras. Se realizó una investigación documental, con enfoque cualitativo complementado por procedimientos cuantitativos de naturaleza descriptiva, con recolección de datos entre enero y septiembre de 2026 en sitios institucionales, documentos oficiales, noticias y búsqueda sistemática, y registro de diez variables de caracterización en una hoja de cálculo, tratadas mediante frecuencias absolutas y relativas. Se identificaron dieciocho incubadoras creadas en el Estado, distribuidas en seis municipios: el 61,1 % con sede en Palmas, el 77,8 % de naturaleza pública, el 61,1 % de base tecnológica y el 44,4 % en etapa operativa en el momento del relevamiento. La documentación consultada no registró, en ninguna de ellas, criterios o procesos formales de graduación, indicadores de desempeño, gestión de la propiedad intelectual ni instrumentos de acceso a capital e inversores, lo que no permite concluir que estas prácticas no existan. El conjunto mapeado se mostró numéricamente relevante, aunque heterogéneo y territorialmente concentrado.

Palabras clave: Incubadoras de empresas. Mapeo. Tocantins.

INTRODUÇÃO

As incubadoras de empresas constituem mecanismos institucionais voltados ao apoio, ao desenvolvimento e à consolidação de empreendimentos inovadores, atuando por meio da oferta de infraestrutura física, capacitação gerencial, suporte tecnológico e articulação com redes institucionais (ANPROTEC; MCTIC, 2019; RAUPP FM e BEUREN IM, 2009). No contexto brasileiro, essas estruturas integram o Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação (SNCTI) e são reconhecidas como instrumentos relevantes para o fortalecimento do empreendedorismo inovador.

Apesar desse reconhecimento, a literatura aponta que o desempenho das incubadoras está associado às práticas de incubação que adotam, e não apenas à sua existência (ANPROTEC; SEBRAE, 2016), e que a avaliação dessas estruturas requer uma abordagem que relacione seus objetivos e modelos aos resultados obtidos, e não somente a avaliação de resultados (BERGEK A e NORRMAN C, 2008). A distribuição dessas estruturas, contudo, não é homogênea no território nacional, pois o mapeamento conduzido por Marcuzzo R, et al. (2019), que identificou 117 incubadoras de base tecnológica no país, evidenciou forte concentração nas regiões Sul e Sudeste, ao passo que a região Norte reuniu a menor parcela dessas estruturas. Essa desigualdade reforça a necessidade de análises contextualizadas e de modelos de gestão adaptados às realidades locais.

O Estado do Tocantins exemplifica esse cenário, como a mais nova unidade da federação, criada em 1988, o estado ainda constrói sua base científica e tecnológica. Embora disponha de um arcabouço institucional promissor, e com uma Lei Estadual de Inovação nº 2.458/2011 (TOCANTINS, 2011) promulgada, no qual dispõe sobre o incentivo à inovação e à pesquisa científico-tecnológica no Estado e instituiu o Sistema Estadual de Ciência, Tecnologia e Inovação (SICTI), suas diretrizes permanecem parcialmente implementadas mais de uma década após sua aprovação. No caso do Tocantins, observa-se a ausência de análises sistematizadas sobre o funcionamento das incubadoras de empresas.

Diante desse contexto, o presente artigo tem por objetivo mapear as incubadoras de empresas do Estado do Tocantins, identificando sua distribuição geográfica, perfil institucional, áreas de atuação e mecanismos de gestão, a fim de compreender o estágio atual de desenvolvimento dessas estruturas.

MÉTODOS

A pesquisa que fundamenta este artigo é de natureza aplicada, orientada à solução de um problema concreto da gestão de ambientes promotores de inovação (ZANELLA LCH, 2009). Quanto à abordagem, é qualitativa, complementada por procedimentos quantitativos de natureza descritiva, aplicados à sistematização dos dados do mapeamento, quanto aos objetivos classifica-se como exploratória e descritiva, por examinar um fenômeno ainda pouco estudado no contexto estadual e por descrever as características das incubadoras existentes. A escolha decorreu da natureza do objeto, que envolve múltiplos atores institucionais e processos organizacionais e normativos que não se reduzem a medidas numéricas, razão pela qual as

abordagens qualitativa e quantitativa foram tratadas como complementares (CRESWELL JW e CRESWELL JD, 2021; ZANELLA LCH, 2009).

Adotou-se a pesquisa documental, cuja fonte de coleta de dados se restringe a documentos, escritos ou não, que constituem fontes primárias (MARCONI MA e LAKATOS EM, 2021). O procedimento mostrou-se adequado porque os registros sobre a criação, a regulamentação e o funcionamento das incubadoras tocantinenses encontram-se dispersos em sítios institucionais, editais, atos oficiais e notícias, e não em bases sistematizadas. O universo do mapeamento compreendeu todas as incubadoras criadas no Estado do Tocantins, ativas ou inativas, em qualquer estágio, da fase de criação à operação com empresas incubadas, independentemente da existência de vínculo com Instituição Científica, Tecnológica e de Inovação (ICT), critério tratado como variável de caracterização e não como condição de inclusão.

A coleta foi realizada entre janeiro e setembro de 2026, nas seguintes fontes: a) sítios institucionais do Governo do Estado do Tocantins, das universidades, dos institutos federais e de outras ICTs; b) notícias vinculadas ao nome das incubadoras; c) documentos oficiais, como editais, resoluções e diários oficiais; e d) busca sistemática, limitada às duas primeiras páginas de resultados, com as combinações "incubadora de empresas" + Tocantins, "edital incubadora" + nome do município e "programa de incubação" + nome da ICT. Quando as fontes apresentaram informações divergentes, a divergência foi registrada na base, e não resolvida por inferência.

Para cada incubadora foram registradas, em planilha eletrônica do Microsoft Excel, dez variáveis de caracterização, definidas em correspondência com os elementos enunciados no objetivo do estudo: nome da incubadora; ano de criação; município-sede; região de abrangência; perfil institucional (universitária/pública; universitária/privada; fundação de apoio/privada; privada; municipal/pública); áreas de atuação (base tecnológica, biotecnológica, social ou mista, inclusive combinações de bases); mecanismos de gestão (instrumentos de seleção e de apoio registrados nas fontes, como edital de seleção, mentorias, infraestrutura compartilhada, capacitação e eventos de rede); tempo de funcionamento; vínculo com ICT (sim ou não); e estágio de desenvolvimento (em fase de criação; em implantação; pré-incubação; inicial; operacional; descontinuada). A planilha constituiu a fonte única dos quantitativos apresentados.

Os dados foram tratados por estatística descritiva, com frequências absolutas e relativas calculadas sobre o total de iniciativas mapeadas, e apresentados em quadro, figuras e mapa temático. A variável mecanismos de gestão, registrada de forma descritiva, foi codificada em categorias não excludentes, de modo que uma mesma incubadora pode ser contabilizada em mais de uma categoria. Eventuais somas distintas de 100% decorrem de arredondamento na primeira casa decimal.

REFERENCIAL TEÓRICO

INCUBADORAS DE EMPRESAS: CONCEITO, EVOLUÇÃO E TIPOLOGIAS

No Brasil, a Associação Nacional de Entidades Promotoras de Empreendimentos Inovadores (ANPROTEC) define incubadora como uma entidade que oferece condições, suporte e orientação a empreendedores para transformar ideias inovadoras em empreendimentos sustentáveis, mediante capacitação, orientação e oferta de infraestrutura adequada. O conceito evoluiu, assim, de um modelo restrito à disponibilização de espaço físico para um sistema complexo de fomento ao empreendedorismo inovador, que envolve mentorias, redes de relacionamento, acesso a investimento e formação empreendedora (ANPROTEC; MCTIC, 2019). Para Bergek A e Norrman C (2008), o modelo de uma incubadora pode ser descrito por cinco componentes sendo seleção, infraestrutura, apoio empresarial, mediação e graduação, dos quais três (seleção, apoio empresarial e mediação) distinguem os modelos entre si.

As incubadoras assumem diferentes formas organizacionais e propósitos conforme o contexto em que se inserem. Tradicionalmente associadas à promoção do empreendedorismo tecnológico, originaram as Incubadoras de Base Tecnológica (IBTs), caracterizadas por abrigar empreendimentos cujos produtos, processos ou serviços resultam de pesquisa científica e possuem alto valor agregado em tecnologia (BARQUETTE S, 2002; MARCUZZO R, et al., 2019).

As IBTs inspiraram modelos mais amplos, como as incubadoras mistas, que acolhem simultaneamente empreendimentos tecnológicos e tradicionais. Paralelamente, consolidaram-se as incubadoras tradicionais, que prestam suporte a empresas de setores econômicos consolidados que buscam aperfeiçoar seus produtos, processos e serviços por meio da inovação incremental. Entre as tipologias mais representativas do contexto brasileiro destacam-se também as incubadoras sociais, ou incubadoras tecnológicas de cooperativas populares

(ITCPs), criadas a partir da década de 1990 em universidades públicas e vinculadas à economia solidária, com o objetivo de promover a inclusão social e produtiva de comunidades vulneráveis (DELLA VECHIA R, et al., 2011; MATARAZZO G e BOEIRA SL, 2016). A literatura registra, ainda, outras tipologias, entre as quais a incubadora virtual (MARCUZZO R, et al., 2019).

O CENÁRIO BRASILEIRO E O ECOSSISTEMA DE INOVAÇÃO DO TOCANTINS

A institucionalização das incubadoras no Brasil foi impulsionada pelo marco legal de ciência, tecnologia e inovação, especialmente a Lei nº 10.973/2004 (BRASIL, 2004) e sua atualização pela Lei nº 13.243/2016 (BRASIL, 2016), que ampliaram a segurança jurídica das parcerias entre Instituições Científicas, Tecnológicas e de Inovação (ICTs) e o setor produtivo, fortaleceram os Núcleos de Inovação Tecnológica (NITs) e consolidaram as incubadoras como instrumentos legítimos de política pública. O Mapeamento dos Mecanismos de Geração de Empreendimentos Inovadores, conduzido pela ANPROTEC em parceria com o então Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC), identificou 405 incubadoras, das quais 363 demonstraram atividade entre 2017 e 2019, assim distribuídas: 132 no Sudeste, 100 no Sul, 61 no Nordeste, 39 no Norte e 31 no Centro-Oeste, de modo que 64% das estruturas em atividade concentravam-se nas regiões Sudeste e Sul (ANPROTEC; MCTIC, 2019).

O Estudo de Impacto Econômico, por sua vez, reproduz a conclusão do estudo *Incubating Success*, segundo a qual as práticas de incubação são mais importantes do que o tempo de oferta do programa ou o tamanho e a capacidade de inovação da região em que a incubadora se localiza, sendo o diferencial a qualidade do programa de incubação (ANPROTEC; SEBRAE, 2016). Essa leitura desloca a discussão da concentração regional para a estruturação da gestão das incubadoras nas regiões com menor participação, como o Norte, em que se situa o Tocantins.

No Tocantins, o Projeto de Incubadoras de Empresas, lançado pelo SEBRAE em 2005, representou o primeiro passo efetivo na institucionalização da incubação no contexto regional (GOVERNO DO ESTADO DO TOCANTINS, 2005). A Lei Estadual de Inovação nº 2.458/2011 (TOCANTINS, 2011), inspirada na Lei Federal nº 10.973/2004, instituiu o SICTI; mais de uma década após sua aprovação, contudo, suas diretrizes permanecem parcialmente implementadas e pouco conhecidas entre os principais atores institucionais.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A pesquisa consistiu em mapear as incubadoras de empresas do Estado do Tocantins, identificando sua distribuição geográfica, perfil institucional, áreas de atuação e mecanismos de gestão. Para tanto, o levantamento documental registrou em planilha eletrônica, para cada incubadora identificada, as variáveis nome, ano de criação, município-sede, região de abrangência, perfil institucional, áreas de atuação, mecanismos de gestão, tempo de funcionamento, existência de vínculo com ICT e estágio de desenvolvimento.

Os resultados caracterizam as incubadoras mapeadas quanto à distribuição geográfica, ao perfil institucional, à evolução temporal, às áreas de atuação, aos mecanismos de gestão e ao estágio de desenvolvimento. O universo do mapeamento compreendeu todas as incubadoras criadas no território estadual, independentemente de manterem ou não vínculo com ICT e de sua situação atual de funcionamento, de modo que o levantamento registra tanto as estruturas em atividade quanto as que não chegaram a operar ou foram descontinuadas. Como resultado, foram identificadas dezoito incubadoras de empresas criadas no Estado do Tocantins, distribuídas por seis municípios.

Todos os quantitativos apresentados derivam da base do mapeamento, que constitui a fonte única dos dados aqui reportados, os percentuais foram calculados sobre o total de dezoito iniciativas, e eventuais somas distintas de 100% decorrem de arredondamento na primeira casa decimal. O Quadro 1 sistematiza a caracterização do conjunto mapeado.

Quadro 1 – Caracterização das incubadoras de empresas mapeadas no Estado do Tocantins

Incubadora	Ano	Município	Perfil institucional	Área de atuação	Vínculo com ICT	Estágio de desenvolvimento
InovaFapto	2024	Palmas	Fundação de apoio/privada	Base tecnológica	Sim	Operacional
Habite – Incubadora de Empresas de Biotecnologia da UFT	2015	Gurupi	Universitária/ pública	Base biotecnológica	Sim	Operacional
Criativa-se – Incubadora de Economia Criativa da UFT	2023	Arraias	Universitária/ pública	Base social	Sim	Operacional
Incubadora Chocadeira de Ideias	2017	Araguaína	Privada	Base tecnológica	Sim	Inicial
Incubadora de Empresas ACETEC – UNITINS	2010	Palmas	Universitária/ pública	Base mista	Sim	Inicial

Incubadora	Ano	Município	Perfil institucional	Área de atuação	Vínculo com ICT	Estágio de desenvolvimento
NInE Palmas	2021	Palmas	Universitária/ pública	Base tecnológica	Sim	Em fase de criação
Incubadora de Empresas da UFT – INOVATO	2025	Palmas	Universitária/ pública	Base tecnológica	Sim	Operacional
Incubadora de Impacto Social da UFT	2023	Palmas	Universitária/ pública	Base social	Sim	Operacional
Incubadora do Instituto Federal do Tocantins (Rede IFTO)	2012	Palmas	Universitária/ pública	Base tecnológica	Sim	Inicial
Inovo – Incubadora de Empresas da UNIRG	2015	Gurupi	Universitária/ pública	Base mista, biotecnológica e social	Sim	Operacional
Incubadora de Empresas da UFT (INUFT)	2016	Palmas	Universitária/ pública	Base tecnológica	Sim	Descontinuada
NInE Araguatins	2025	Araguatins	Universitária/ pública	Base social	Sim	Operacional
NInE Colinas	2022	Colinas do Tocantins	Universitária/ pública	Base tecnológica	Sim	Em implantação
INOVART	2021	Gurupi	Universitária/ pública	Base tecnológica	Sim	Em fase de criação
Ulbratech	2016	Palmas	Universitária/ privada	Base tecnológica	Não	Operacional
Incubadora de Empreendimentos Econômicos Solidários – UNITINS	2007	Palmas	Universitária/ pública	Base social	Sim	Descontinuada
Centro de Inovação e Aceleração de Empresas de Palmas (CIAP)	2015	Palmas	Municipal/pública	Base tecnológica	Não	Descontinuada
INCEMTIVA – Incubadora de Empresas Tocantinenses Inovadoras da Católica do Tocantins	2015	Palmas	Universitária/ privada	Base tecnológica	Sim	Descontinuada

Fonte: Dados da pesquisa (2026), com base em pesquisa documental.

DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA E ABRANGÊNCIA TERRITORIAL

A distribuição das incubadoras pelo território tocantinense revelou forte concentração na capital: das dezoito iniciativas mapeadas, 61,1% tinham sede em Palmas, 16,7% em Gurupi e as demais distribuíam-se, uma em cada município (5,6%), entre Araguaína, Araguatins, Arraias e Colinas do Tocantins (Figura 1).

Figura 1 – Distribuição das incubadoras de empresas criadas no Estado do Tocantins, por município-sede



Fonte: Dados da pesquisa (2026), com base em pesquisa documental e base cartográfica: malha municipal do Tocantins (IBGE).

A concentração observada em Palmas é compatível com os fatores de localização discutidos por Barquette S (2002), que associa a implantação de incubadoras e de empreendimentos de alta tecnologia à proximidade de centros urbanos dotados de infraestrutura científica e tecnológica, de instituições de ensino superior e de mão de obra qualificada. A capital sedia campi da Universidade Federal do Tocantins (UFT), do Instituto Federal do Tocantins (IFTO) e da Universidade Estadual do Tocantins (UNITINS), além de instituições privadas de ensino superior, o que compõe o adensamento institucional descrito na literatura como condição favorável à emergência desses ambientes.

O padrão estadual reproduz, em escala regional, a concentração já identificada em âmbito nacional por Marcuzzo R, et al. (2019) e no mapeamento conduzido pela ANPROTEC em parceria com o então MCTIC, em que a maior parte das incubadoras em atividade se concentrava nas regiões Sudeste e Sul (ANPROTEC; MCTIC, 2019). A presença de iniciativas em Gurupi, Araguaína, Arraias, Araguatins e Colinas do Tocantins indicou, por outro lado, um movimento de interiorização da política de incubação para além do eixo central do Estado, ainda que em menor número e, em parte dos casos, em estágios não operacionais.

A localização da sede, contudo, não esgota a leitura territorial do fenômeno, uma vez que parte das incubadoras declara atuação que extrapola o município em que está instalada. Segundo a abrangência registrada na documentação consultada, doze incubadoras (66,7%) declararam abrangência restrita ao próprio município, três (16,7%) multimunicipal ou

microrregional e três (16,7%) estadual. A predominância de desenhos de escopo local sugere que a cobertura do território estadual depende menos da capacidade individual de cada incubadora e mais da existência de mecanismos de articulação em rede entre elas, aspecto que a literatura associa ao desempenho dos programas de incubação (SERRA B, et al., 2011; BERGEK A e NORRMAN C, 2008).

PERFIL INSTITUCIONAL E VÍNCULO COM ICT

O perfil institucional das incubadoras mapeadas evidenciou a centralidade das instituições públicas de ensino e pesquisa na constituição do ecossistema de incubação tocantinense. Treze incubadoras (72,2%) foram classificadas como universitárias de natureza pública e uma (5,6%) como municipal pública, de modo que quatorze iniciativas (77,8%) do conjunto mapeado possuíam natureza pública. As quatro restantes (22,2%) distribuíram-se entre duas universitárias privadas, uma vinculada a fundação de apoio de direito privado e uma privada.

No que se refere ao vínculo com ICT, dezesseis incubadoras (88,9%) registraram vinculação institucional a uma ICT, ao passo que duas (11,1%), a Ulbratech e o Centro de Inovação e Aceleração de Empresas de Palmas (CIAP), não apresentaram esse vínculo. Considerada a denominação registrada para cada iniciativa, a UFT figurou como instituição de referência em cinco delas e a UNITINS em duas, além das iniciativas identificadas à Rede IFTO, à Universidade de Gurupi (UNIRG), à Fundação de Apoio Científico e Tecnológico do Tocantins, à Católica do Tocantins, à Universidade Luterana do Brasil (ULBRA) e à administração municipal de Palmas.

O registro das duas iniciativas sem vínculo com ICT merece nota específica, uma vez que a delimitação do mapeamento recaiu sobre as incubadoras criadas no Estado do Tocantins, e não apenas sobre aquelas vinculadas a instituições de ensino e pesquisa. A Ulbratech, criada em 2016 em Palmas no âmbito de instituição privada de ensino superior, permanecia operacional no momento do levantamento e registrou edital contínuo e espaço físico entre seus mecanismos de gestão.

O CIAP, criado em 2015 por iniciativa da administração municipal, único caso de perfil municipal público do conjunto, registrou edital de pré-incubação e espaço físico e foi classificado como descontinuado. O vínculo com ICT foi tratado, portanto, como variável de caracterização do conjunto mapeado, e não como critério de exclusão do levantamento.

Esse predomínio público-universitário é compatível com a trajetória do movimento brasileiro de incubação, iniciado na década de 1980 com o apoio de instituições públicas de ciência e tecnologia (ORTIGARA AA, et al., 2011). Estruturas majoritariamente sediadas em instituições públicas submetem-se aos marcos administrativos, orçamentários e de governança dessas instituições, de modo que sua continuidade tende a depender de decisões institucionais formalizadas, em consonância com a previsão de apoio à criação e à consolidação de ambientes promotores de inovação nas Leis nº 10.973/2004 (BRASIL, 2004) e nº 13.243/2016 (BRASIL, 2016).

EVOLUÇÃO TEMPORAL DA CRIAÇÃO DAS INCUBADORAS

A iniciativa mais antiga do conjunto data de 2007 e a mais recente de 2025, intervalo em que a criação de incubadoras ocorreu de forma descontínua. Agrupadas em períodos, três incubadoras (16,7%) foram criadas entre 2007 e 2012, sete (38,9%) entre 2013 e 2018 e oito (44,4%) entre 2019 e 2025. O período de 2013 a 2018 concentrou, portanto, sete criações, com destaque para o ano de 2015, no qual quatro incubadoras foram criadas, o maior número registrado em um único ano de toda a série. O período de 2019 a 2025 indica intensificação recente do movimento: oito das dezoito incubadoras mapeadas, isto é, 44,4% do conjunto, foram criadas a partir de 2021, ao passo que não houve registros de criação nos anos de 2018, 2019 e 2020.

Esse crescimento recente deve ser interpretado com cautela, uma vez que a criação formal de uma incubadora não se traduziu, necessariamente, em operação efetiva. Entre as oito iniciativas criadas a partir de 2021, três permaneciam em fase de criação ou de implantação no momento do levantamento, de modo que o dinamismo indicado pela série de criações não pode ser lido, isoladamente, como indicador de fortalecimento do ecossistema. Registre-se, ainda, que o campo tempo de funcionamento apresentou-se heterogêneo na base: para parte das iniciativas foi preenchido com o intervalo decorrido desde a criação e, para outras, com o tempo efetivo de operação ou com a própria situação de descontinuidade.

ÁREAS DE ATUAÇÃO

Quanto às áreas de atuação declaradas, o conjunto mapeado apresentou diversidade tipológica, ainda que com predomínio da orientação tecnológica. Onze incubadoras (61,1%) declararam atuação em base tecnológica e quatro (22,2%) em base social, categoria que reúne iniciativas voltadas ao impacto social, à economia solidária e à economia criativa. As três

restantes distribuíram-se entre base biotecnológica (uma; 5,6%), base mista (uma; 5,6%) e uma iniciativa (5,6%) que declarou simultaneamente três áreas (mista, biotecnológica e social). Nenhuma das incubadoras mapeadas foi registrada como tradicional, isto é, voltada à inovação incremental em setores econômicos consolidados, nem como virtual.

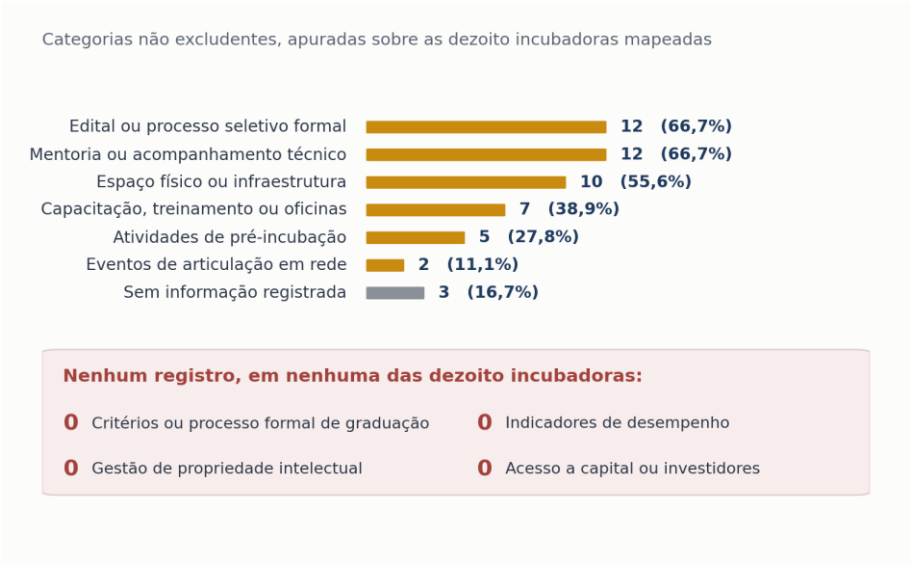
A presença de quatro iniciativas de base social confirma, no plano estadual, a pluralidade tipológica descrita na literatura nacional e a influência do movimento das incubadoras tecnológicas de cooperativas populares, cujo papel de inclusão produtiva e fortalecimento comunitário é destacado por Della Vechia R, et al. (2011) e por Matarazzo G e Boeira SL (2016). A emergência de uma incubadora dedicada à economia criativa e sediada no sudeste do Estado, por sua vez, sinaliza esforço de adequação das estruturas de incubação às vocações econômicas regionais. Cabe registrar que a nomenclatura empregada na base, organizada em torno da expressão "base", não corresponde integralmente à tipologia descrita no referencial teórico, razão pela qual a leitura das áreas de atuação deve considerar a equivalência entre "base biotecnológica" e um recorte setorial da base tecnológica, e entre "base social" e a tipologia social/ITCP.

MECANISMOS DE GESTÃO REGISTRADOS

A variável mecanismos de gestão foi registrada de forma descritiva na base, mediante a enumeração dos instrumentos e serviços identificados na documentação de cada incubadora, e codificada em categorias não excludentes (Figura 2). Os mecanismos mais frequentes concentraram-se na porta de entrada e no apoio corrente às empresas apoiadas: doze incubadoras (66,7%) registraram edital ou processo seletivo formal e igual número registrou mentoria, orientação ou acompanhamento técnico, enquanto dez (55,6%) mencionaram espaço físico ou infraestrutura compartilhada. A combinação simultânea desses três elementos foi observada em sete iniciativas (38,9%).

Capacitações e treinamentos apareceram em sete registros (38,9%), atividades de pré-incubação em cinco (27,8%) e eventos de articulação em rede em apenas dois (11,1%); três incubadoras (16,7%) não apresentaram qualquer descrição de mecanismos de gestão na documentação consultada, todas elas em fase de criação ou de implantação.

Figura 2 – Mecanismos de gestão registrados na documentação consultada (categorias não excludentes; n = 18)



Fonte: Dados da pesquisa (2026), com base em pesquisa documental.

Mais significativo que a frequência dos mecanismos presentes é, todavia, o padrão de ausências. A documentação consultada não registrou, para nenhuma das dezoito incubadoras mapeadas, critérios ou processos formais de graduação, indicadores de desempenho ou de monitoramento de resultados, mecanismos de gestão da propriedade intelectual ou instrumentos de acesso a capital e a investidores.

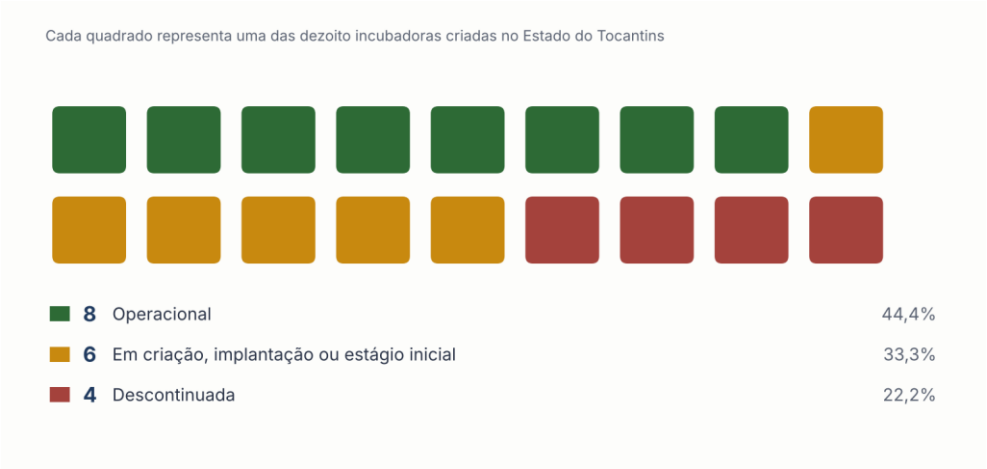
O achado é expressivo quando confrontado com o referencial de Bergek A e Norrman C (2008), o conjunto mapeado documenta com razoável consistência os componentes de seleção, de infraestrutura e de apoio empresarial, não documenta o de graduação e registra de forma restrita as atividades de articulação em rede, que se aproximam do componente de mediação. A ausência de referência à gestão da propriedade intelectual é particularmente relevante, uma vez que o Marco Legal de Ciência, Tecnologia e Inovação atribui aos NITs a gestão da política institucional de inovação (BRASIL, 2004; BRASIL, 2016), o que pressupõe articulação formal entre a incubadora e o NIT da instituição a que se vincula.

Impõe-se, contudo, uma ressalva, os dados desta etapa provêm exclusivamente de fontes documentais de acesso público, de modo que a ausência de registro não autoriza concluir pela inexistência da prática. É possível que mecanismos de graduação, de monitoramento ou de proteção da propriedade intelectual sejam adotados de maneira informal, ou estejam descritos em documentos internos não disponibilizados publicamente, lacuna a ser verificada junto aos gestores das incubadoras em atividade em etapa posterior da pesquisa.

ESTÁGIO DE DESENVOLVIMENTO E CONTINUIDADE DAS INICIATIVAS

O estágio de desenvolvimento das incubadoras mapeadas constitui o indicador mais direto da situação das estruturas criadas no Estado (Figura 3). Oito incubadoras (44,4%) encontravam-se em estágio operacional no momento do levantamento, de modo que menos da metade das iniciativas criadas no Estado estava efetivamente em funcionamento; quatro (22,2%) foram classificadas como descontinuadas, três (16,7%) como em estágio inicial e três (16,7%) distribuíram-se entre as situações de criação (duas) e implantação (uma), ou seja, não haviam iniciado a operação plena de um programa de incubação.

Figura 3 – Estágio de desenvolvimento das incubadoras mapeadas (n = 18)



Fonte: Dados da pesquisa (2026), com base em pesquisa documental.

Registre-se que, para duas das iniciativas classificadas como de estágio inicial, a Incubadora Chocadeira de Ideias e a Incubadora de Empresas ACETEC/UNITINS, a base apresentou, no campo tempo de funcionamento, a indicação de descontinuidade, divergência que não foi resolvida com as fontes documentais disponíveis. Em consequência, a proporção de iniciativas efetivamente descontinuadas situa-se entre 22,2% (quatro em dezoito) e 33,3% (seis em dezoito), intervalo cuja definição depende de confirmação junto às instituições mantenedoras.

Ainda que o intervalo permaneça em aberto, o quadro geral é consistente: uma parcela expressiva das incubadoras criadas no Tocantins não alcançou ou não manteve a condição operacional. Observou-se, ademais, que as oito incubadoras classificadas como operacionais

registraram, todas elas, algum tipo de edital ou processo seletivo formal, ao passo que as três iniciativas sem qualquer descrição de mecanismos de gestão encontravam-se em fase de criação ou de implantação.

LIMITES DO MAPEAMENTO

O mapeamento apoiou-se exclusivamente em fontes documentais de acesso público (sítios institucionais, editais, diários oficiais, resoluções e registros administrativos), cuja disponibilidade não se distribui uniformemente entre as instituições. Iniciativas mais recentes ou de menor visibilidade podem estar sub-representadas, e a classificação do estágio de desenvolvimento reflete a situação registrada até o encerramento da coleta documental, sendo, por natureza, suscetível a alterações posteriores. Essas limitações não comprometem o alcance do objetivo do estudo, mas delimitam a interpretação de seus achados.

CONCLUSÃO

O mapeamento permitiu caracterizar o conjunto das incubadoras de empresas criadas no Estado do Tocantins quanto à distribuição geográfica, ao perfil institucional, às áreas de atuação, aos mecanismos de gestão e ao estágio de desenvolvimento. O panorama resultante é o de um ecossistema de incubação numericamente relevante, porém heterogêneo e territorialmente concentrado: dezoito iniciativas criadas, das quais 61,1% sediadas na capital, 77,8% de natureza pública, 61,1% orientadas à base tecnológica e 44,4% em condição operacional.

A documentação pública dessas estruturas privilegia os instrumentos de entrada e de apoio corrente e é silente quanto à graduação, aos indicadores de desempenho, à gestão da propriedade intelectual e ao acesso a capital, silêncio que, por provir de fontes públicas, não autoriza concluir pela inexistência dessas práticas. Os resultados referem-se às incubadoras identificadas por meio de fontes documentais de acesso público no período de coleta, entre janeiro e setembro de 2026, e a classificação do estágio de desenvolvimento reflete a situação registrada até o encerramento da coleta. A proporção de iniciativas descontinuadas, situada entre 22,2% e 33,3%, depende de confirmação junto às instituições mantenedoras, e a verificação das práticas não documentadas depende de investigação junto aos gestores das incubadoras.

REFERÊNCIAS

ANPROTEC; MCTIC. **Mapeamento dos mecanismos de geração de empreendimentos inovadores no Brasil**. Brasília: ANPROTEC, 2019.

ANPROTEC; SEBRAE. **Estudo de impacto econômico: segmento de incubadoras de empresas do Brasil**. Brasília: ANPROTEC, 2016.

BARQUETTE S. Fatores de localização de incubadoras e empreendimentos de alta tecnologia. **Revista de Administração de Empresas**, 2002; 42(3): 101-113.

BERGEK A, NORRMAN C. Incubator best practice: a framework. **Technovation**, 2008; 28(1-2): 20-28.

BRASIL. **Lei nº 10.973, de 2 de dezembro de 2004**. Diário Oficial da União, 2004.

6. BRASIL. **Lei nº 13.243, de 11 de janeiro de 2016**. Diário Oficial da União, 2016.

CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE. **Resolução nº 510, de 7 de abril de 2016**. Diário Oficial da União, Brasília, 24 maio 2016, seção 1.

CRESWELL JW, CRESWELL JD. **Projeto de pesquisa**: métodos qualitativo, quantitativo e misto. 5. ed. Porto Alegre: Penso, 2021.

DELLA VECHIA R, et al. A rede de ITCPs: passado, presente e alguns desafios para o futuro. **Revista Diálogo**, 2011; 18: 115-144.

GOVERNO DO ESTADO DO TOCANTINS. **Projeto de incubadoras de empresas**. Palmas: SEBRAE/TO, 2005.

MARCONI MA, LAKATOS EM. **Fundamentos de metodologia científica**. 9. ed. [S. l.]: Atlas, 2021.

MARCUZZO R, et al. Mapeamento de incubadoras tecnológicas no Brasil. **Revista Produção Online**, 2019; 19(4): 1441-1469.

MATARAZZO G, BOEIRA SL. Incubação de cooperativas populares: representações sociais e tensões entre racionalidades. **Cadernos EBAPE.BR**, 2016; 14(1): 207-227.

ORTIGARA AA, et al. Análise por agrupamento de fatores de desempenho das incubadoras de empresas. **Revista de Administração e Inovação**, 2011; 8(1): 64-91.

RAUPP FM, BEUREN IM. Programas oferecidos pelas incubadoras brasileiras às empresas incubadas. **Revista de Administração e Inovação**, 2009; 6(1): 83-107.

SERRA B, et al. Fatores fundamentais para o desempenho de incubadoras de base tecnológica. **Revista de Administração e Inovação**, 2011; 8(1): 221-247.

TOCANTINS (Estado). **Lei nº 2.458, de 5 de julho de 2011**: dispõe sobre o incentivo à inovação e à pesquisa científico-tecnológica nas atividades produtivas do Estado do Tocantins. Diário Oficial do Estado do Tocantins, nº 3.417, 2011.

ZANELLA LCH. **Metodologia de estudo e de pesquisa em administração**. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração/UFSC; [Brasília]: CAPES; UAB, 2009.